

# Penna considera positiva reunião dos países ricos

**BRASÍLIA** — O resultado da reunião dos sete países mais ricos do mundo agradou o Ministro da Indústria e Comércio, Camilo Penna. Para ele, o encontro mostrou que os sete grandes estão dispostos a dar melhores condições de pagamento às dívidas dos países latino-americanos, além de recomendar uma revisão da política monetária dos Estados Unidos, que está provocando o aumento das taxas de juros no mercado internacional.

O Ministro disse que a reunião não frustrou suas expectativas, já que o Brasil nunca pediu uma renegociação da dívida de governo a governo. Na sua interpretação, um tratamento individual para a dívida beneficia o Brasil que "tem se mostrado um bom devedor".

Camilo Penna prevê que, se o Governo mantiver a mesma política

econômica que tem adotado até agora — substituição de importações, aumento das exportações e redução da inflação — poderá renegociar sua dívida em melhores condições já a partir de setembro.

O Ministro acredita que a reunião de cúpula também estimulou os países latino-americanos a prosseguirem com sua política de pressão diplomática sobre os governos dos sete grandes.

Para ele, se não fosse a ação conjunta do Brasil, Colômbia, México e Argentina, o resultado do encontro teria sido muito menos positivo.

— O clamor foi tão forte que chegou aos ouvidos dos governantes dos países mais ricos — afirmou.

Camilo Penna acha, no entanto, que o Brasil já deveria ter recebido melhor tratamento por parte dos

bancos credores, pois tem demonstrado boa atuação no campo econômico. Como os bancos não deram resposta imediata ao comportamento "austero" da economia brasileira, foi necessária, segundo o Ministro, a atuação do Itamaraty para facilitar a negociação da dívida.

Para Camilo Penna, o que os países credores queriam era que o Brasil pagasse sua dívida "às custas de uma recessão que está paralisando 40 por cento do parque industrial brasileiro", e, por este motivo, o País teve que passar para a fase de negociação diplomática.

O Brasil não visa substituir a negociação financeira da dívida, mas criar uma base política para que ela se processe mais facilmente, afinal os nossos credores são os bancos e não os governos destes bancos — afirmou.